

A historiografia ilustrada e o conceito de império

Lucas Soares Chnaiderman

Universidade de São Paulo
São Paulo - São Paulo - Brasil
lucas.chnaiderman@usp.br

Resumo: As transformações na historiografia europeia a partir da segunda metade do século XVIII significaram uma mudança importante nos modos de narrar o passado. Indo mais além da historiografia sacra e da narrativa clássica, o objeto da historiografia também mudou, introduzindo-se novos conceitos e sujeitos. O intuito desse artigo é estudar os múltiplos caminhos disponíveis à historiografia ilustrada na Espanha, reafirmando o país como mais um dos cenários da revolução intelectual do período. Para tanto, será analisado especificamente o uso do conceito de Império, por ser carregado de extratos temporais e estar em cheque num mundo em que emergiam as nações e a nova sociedade comercial e polida. Dessa forma, o artigo contribui para a história dos conceitos durante a Modernidade.

Palavras-Chave: América. Espanha. Roma. Reformas borbônicas. Imperialismo.

Introdução

O conceito histórico de “progresso”, com o distanciamento entre futuro e passado, além da sensação de aceleração do tempo, continua sendo uma das heranças da Ilustração, com todas as críticas que recebeu após a Segunda Guerra Mundial. Junto com o progresso, uma série de expressões ilustradas foram consagradas no entendimento da história: revolução, desenvolvimento, crise, espírito do tempo, contemporâneo, entre outras (KOSELLECK, 2006, p. 282). Esses conceitos, “cunhados para apreender os elementos e as forças da história” (KOSELLECK, 2006, p. 268), mudaram a forma de compreender a realidade e de intervir nela.

Se as alterações substanciais na percepção de tempo da modernidade foram captadas por novos conceitos, houve também ressignificações. A palavra Nação, protagonista ao menos desde a Revolução Francesa, possuía extratos temporais antigos, tendo sido um tema candente durante a Ilustração (PORTILLO, 2018, p. 61). O termo não era de fácil definição, sendo usado de formas distintas dependendo do escritor e também do local da escrita. Havia sentidos étnicos, políticos e identitários (WASSERMAN, 2008, p. 202). Pensando o caso espanhol, por exemplo, os hispano-

americanos costumavam se considerar como partes da nação espanhola, enquanto a maioria dos peninsulares os excluía dessa condição (PORTILLO, 2006, p. 20).

A crise atlântica e as guerras napoleônicas consagrariam a Nação como objeto primordial de reflexões e de soberania política, embora ainda longe de ser o cerne de um projeto político, através do Nacionalismo. No plano geopolítico, a Nação teve que se debater com os outros sujeitos mais antigos: o Papado e o Império. O poder universal dessas entidades supranacionais foi denunciado como bárbaro pelos ilustrados, e coube aos historiadores elaborar como estavam sendo superadas pela nova sociedade polida e comercial; era a história da saída do “milênio cristão” (POCOCK, 1999, p. 4). Essa historiografia elogiosa da nova “balança de poderes” europeia também foi denominada como “cosmopolita” (O'BRIEN, 1997, p. 2), ou seja, em defesa da “imparcialidade filosófica” e da existência de uma civilização europeia, por cima das nações.

O cosmopolitismo ilustrado foi alvo de muita discussão historiográfica, com a vertente pós-colonial associando-o diretamente ao Imperialismo (TRICOIRE, 2018, p. 440). De qualquer forma, o que parece claro é que a Ilustração encampou um ataque ao projeto imperial medieval e, principalmente, à sua reconfiguração sob Carlos V. Nesse sentido, a Espanha era associada com o passado a ser superado.

Além desse projeto político-intelectual concatenado à Ilustração, houve uma reconfiguração do estilo. Ao historiador não cabia apenas narrar os fatos passados, porém também comprová-los com uma erudição que combinava a tradição bíblica com a crítica humanística, e ainda era preciso encadear a história para atingir reflexões filosóficas, com as quais os ilustrados diferenciavam os modernos e os antigos, além de apontar caminhos para a sociedade polida e comercial (POCOCK, 2001).

Na Espanha, que era usualmente deixada de lado nos estudos sobre a Ilustração, houve muitas mudanças na historiografia praticada. Sob a proteção da monarquia borbônica novas interpretações da história espanhola foram somadas à mais conhecida, do Padre Mariana. A obra do jesuíta, lançada em latim em 1592 e na versão mais conhecida em castelhano em 1601 como *Historia General de España*, foi a primeira a contar a história da Espanha como um todo e não de cada um dos reinos específicos. Seu ideário de construção de um “coletivo político e cultural” (WILLIAMS, 2012, p. 58), marcado por um passado comum e unificado pelo monarca, era tanto um espelho de príncipes, no sentido tradicional, quanto um esforço embrionário de relato da história da Espanha.

Nas novas histórias, o papel do monarca era enfatizado, agora sob a égide do que passaram a denominar por nação espanhola, um conceito cada vez mais abstrato. Uma nova classe política emergia, composta pelos *manteístas* – formados nas faculdades e que não tinham o status de nobreza suficiente para ingressar em um *Colegio Mayor* – que escalavam o serviço público (IMÍZCOZ, 2017, p. 18) para defender uma centralização maior. A sensação do que os escritores barrocos conceituavam como decadência (MARAVALL, 1975) era substituída pela do “atraso”, que estimulava a emulação das principais potências. E o papel dos *novatores*, como críticos dos documentos falsos, incitava à reescrita das narrativas tradicionais (MESTRE, 1996, p. 45).

Em meio a tudo isso, a sensação de crise, para a qual a Guerra de Sucessão parecia ser o auge, foi ampliada pelos desastres da Guerra dos Sete Anos. A tomada de Havana e Manila pelos ingleses em 1762 deixou ainda mais explícita a inferioridade espanhola (FRADERA, 2004, p. 165), somada ao reforço da *leyenda negra* pelos ilustrados enciclopedistas, incrementando a necessidade de defender a honra do país (GUASTI, 2014, p. 95). A independência dos Estados Unidos, pouco depois, aumentou o interesse pelo tema americano em toda a Europa, ao que na Espanha foi somado a uma dupla indagação: se os domínios do ultramar estavam em risco e como torná-los tão úteis economicamente quanto os das outras potências.

Usualmente os domínios não europeus da Espanha são denominados de Império Espanhol, porém é preciso reconhecer que seus protagonistas dificilmente usavam essa nomenclatura nos documentos oficiais. No entanto, a tese central desse artigo é que o léxico era possível à época e foi repensado dentro da transformação conceitual pela qual passava a Europa. A partir da constatação de que na historiografia seria exequível encontrar as mudanças nos sentidos do conceito de Império, foram selecionados escritos que versaram tanto sobre a história antiga da Espanha – os irmãos Mohedano e o jesuíta Masdeu – quanto os principais escritos por peninsulares acerca do Império espanhol – a resposta de Juan de Nuix aos ilustrados, a tradução do Duque de Almodóvar do *best-seller* de Raynal e a versão oficial da monarquia através da obra de Juan Bautista Muñoz.

Como introdução biográfica, Rafael (1722-1787) e Pedro Rodríguez Mohedano (1725-1791) foram irmãos de sangue e ambos franciscanos, com o primeiro deles sendo provincial da ordem em 1769. Foram figuras de destaque intelectual na Andaluzia e chegaram a ser perseguidos pela Inquisição. Juan Francisco Masdeu (1744-1817) foi um jesuíta catalão exilado na Itália após a expulsão da ordem por Carlos III, onde se caracterizou pela intensa produção bibliográfica. Juan de Nuix (1740-1783) também era

jesuíta e igualmente exilado na Itália, embora de maior prestígio quando da expulsão, daí o sucesso de seu livro ter sido mais rápido do que o de Masdeu. Pedro Suárez de Góngora y Luján, o Duque de Almodóvar (1727-1794) era nobre de segunda grandeza e com carreira diplomática relevante. Por fim, Juan Bautista Muñoz (1745-1799) era professor universitário e ocupou cargos importantes intelectualmente na Corte, que o possibilitaram ser o fundador do *Archivo General de Indias*.

Os Antigos Impérios

A relação entre a monarquia espanhola e o mundo clássico greco-romano era marcada por duas correntes intelectuais opostas. De um lado, vinha a requisição da condição imperial para o trono espanhol, que atingiu seu ápice com o *crónicon* de Anio de Viterbo, um manuscrito inventado no século XV sobre os antigos reis da Ibéria, e a posterior monarquia universal de Carlos V. Do outro lado, uma vertente mais hispanista, muitas vezes mais estudiosa dos Godos, cujo auge foi Pellicer no século XVII, com a associação da Espanha à Atlântida (ALBALADEJO, 2015, p. 124).

A renovação do interesse pela história antiga no século XVIII, com as academias de inscrições, as escavações arqueológicas e a revitalização da literatura neoclássica, também atingiu a Espanha, com as duas principais obras sendo compostas por membros do clero, como era comum num mundo de forte censura. A *Historia literária* dos irmãos Mohedano em dez volumes (1766-1791) e a *Historia Crítica* de Juan Masdeu em vinte volumes (1781-1805), foram as contribuições mais inovadoras e de maior abrangência acerca da Idade Antiga na Espanha.

Ao longo dos prólogos de cada um dos volumes, os irmãos Mohedano (1766, p. XVI) esmiuçaram melhor o que entendiam por história literária: a história dos textos, e não apenas os de literatura, como seria hoje. Relacionaram com a história civil: “a História Literária tem seu fundamento na Civil; e sem dar a entender o caráter e estado político de uma Nação, mal se poderia representar sua instrução nas Ciências”¹, e assumiam a herança da “história crítica”, símbolo do tardohumanismo.

O discurso muitas vezes foi o clássico da *Historia Magistra Vitae*: “nós apenas dizemos que a História é mestra da vida humana, e que sua habilidade consiste em dar preceitos sem a dureza de leis, e sim mesclados suavemente entre a amenidade e doçura

¹ “La Historia Literaria tiene su fundamento en la Civil; y sin dar á entender el caracter y estado político de una Nacion, mal se podria representar su instruccion en las Ciencias.”

da narrativa”² (MOHEDANO, 1766, p. XC). No entanto, ao longo do texto, por várias vezes fugiram desse tópico, escrevendo a história para descobrir causas: “a ciência histórica não consiste em uma acumulação indigesta de ideias e textos de Autores, senão na reflexão e discernimentos dos fatos a que se referem”³ (MOHEDANO, 1768, p. 1). Era um esboço da forma moderna de compreender a história: como um coletivo singular (KOSELLECK, 2004, p. 143).

É valiosa a interpretação de Valero sobre a História Literária como uma versão espanhola da Enciclopédia, pois respondia ao mesmo anseio de como ler em um mundo no qual os escritos se multiplicavam. Segundo o mesmo historiador, a história literária não conseguiu escapar da dicotomia em que surgiu: herdeira da erudição renascentista e coetânea da visão panorâmica da historiografia ilustrada europeia (VALERO, 1986, p. 187). Por conta disso, poderia ser descrita como uma “disciplina frustrada”, visto que nenhum dos seus integrantes conseguiu escrever o que se propunha.

Embora constantemente analisada como uma historiografia que não alcançava o nível filosófico dos pares em outros países (CHACÓN, 2007, p. 190), pensando as transformações no contexto espanhol, os livros dos irmãos Mohedano apontavam para mudanças expressivas. No prólogo ao primeiro volume, por exemplo, os franciscanos fizeram um breve resumo da história espanhola. É significativo que o resumo seguiu a lógica ilustrada: o mergulho na barbárie com a queda do Império Romano e um leve ressurgir a partir do final do século XV, precisando de uma nova direção estatal no século XVIII para acompanhar as outras potências. A adesão invariável dos Mohedano ao “despotismo esclarecido” – obviamente sem usar essa nomenclatura – relacionava o “ressurgir das letras” à centralização política no monarca:

No começo do século XIII, pela união dos Reinos de Castela e Leão, pela conquista gloriosa da maior parte da Andaluzia, o Santo Rei D. Fernando III e seu filho Alfonso X, o Sábio, deram maior oportunidade ao exercício das Letras, que estavam como caladas pela opressão dos Bárbaros e pelo terror das Armas. Conservaram, não obstante, certa aparência de rusticidade, e estavam áridas e incultas pelo retiro e esquecimento das fontes, até que no final do século XV, com a renovação geral das Ciências, começaram a retomar seu antigo esplendor e nativa beleza⁴ (MOHEDANO, 1766, p. LXXVII).

² “Nosotros solo decimos, que la Historia es maestra de la vida humana, y que su artificio consiste en dar preceptos sin la sequedad de leyes, sino mezclados suavemente entre la amenidad y dulzura de la narración.”

³ “La ciencia historica no consiste en un cúmulo indigesto de ideas y textos de Autores, sino en la reflexion y discernimiento de los hechos que se refieren.”

⁴ “Al principio del siglo XIII por la unión de los Reynos de Castilla, y León, por la conquista gloriosa de la mayor parte de la Andalucía, el Santo Rey D. Fernando el III. y su hijo Alfonso X el Sabio dieron mayor oportunidad al ejercicio de las Letras, que havian estado como callando con la opresión de los Barbaros,

Porém não foi apenas essa abordagem, que caracterizava a Idade Média como um período obscuro e desinteressante, que fez da História Literária dos Mohedano uma obra ilustrada. Foi, entre outras coisas, o conceito de Império que utilizavam. A adesão dos Mohedano ao cosmopolitismo ilustrado foi o que os tornou tão únicos na península e, ao mesmo tempo, incrivelmente conectados com parte da elite intelectual europeia:

Nenhuma nação do Ocidente nos tempos antigos foi mais frequentada de Estrangeiros que a Espanhola. A riqueza e a fertilidade do seu terreno, o bom clima temperado, e talvez a afável inocência de seus habitantes, fez dela de certo modo uma pátria comum. E esta contínua frequência de povos estrangeiros conduziu maravilhosamente para os progressos da literatura; sendo o trato recíproco das nações, não menos que o dos indivíduos, que faz os homens sociáveis e humanos⁵ (MOHEDANO, 1768, parte I, s/n).

A valorização da colonização estrangeira e a louvação dos Impérios não eram comuns na historiografia castelhana. A versão tradicional insistia na pureza espanhola e em como apenas a partir da unificação de Castela e Aragão pôde haver a verdadeira Espanha. Para compreender a mudança empreendida pelos Mohedano é preciso entender a reconceitualização de Império. Entre as centenas de vezes na qual a palavra aparecia, o seu uso como sinônimo de Sacro-Império era extremamente raro. Não apenas Império era comumente associado com Roma na obra, mas os outros usos – como metáfora de domínio, como exercício real de poder por parte do príncipe, como controle das emoções – eram todos positivados numa ideologia que pregava a valorização das letras e das ciências da nação, a partir da ação da monarquia.

No *Diccionario de la lengua española* de 1780, por parte da *Real Academia Española*, Império era associado com domínio e autoridade: por exemplo, ao definir Imperioso: “o que manda, ou domina com autoridade, e império, ou com soberba e soberania”⁶ (RAE, 1780, p. 543). Essa definição, que o humanismo cívico e a ilustração radical tomariam como algo a ser extirpado, era valorizada pelos Mohedano. Não como sinal de um arcaísmo, porém na lógica de que a soberania do príncipe era o caminho para levar à civilização. Um exemplo de como não era possível tomar os Mohedano como

y el terror de las Armas. Conservaron no obstante ciertos visos de rusticidad, y estaban como áridas, é incultas por el retiro y olvido de las fuentes, hasta que al fin del siglo XV. con la general renovación de las Ciencias, comenzaron á recobrar su antiguo esplendor, y nativa hermosura.”

⁵ “Ninguna nacion del Occidente en los tiempos antiguos fue mas frequentada de Estrangeros que la Española. La riqueza y fertilidad de su terreno, el buen temple de su clima, y acaso la afable sencillez de sus habitantes, la hizo en cierto modo patria comun. Y esta continua frecuencia de gentes estrañas conduxo maravilhosamente para los progresos de su literatura; siendo el trato reciproco de las naciones, no menos que el de los individuos, quien hace á los hombres sociables y humanos.”

⁶ “El que manda, ó domina con autoridad, é imperio, ó con soberbia y soberanía.”

aferrados a uma concepção antiga de Estado, era a defesa enfática que faziam da sociedade comercial e, de forma mais sutil, do livre comércio com as Índias para todos os estrangeiros, em postura bastante heterodoxa (MOHEDANO, 1772, p. 252).

Ao mesmo tempo em que estava associado à soberania e ao domínio, Império era diferenciado. Não apenas por ser uma referência histórica e uma Dignidade (no sentido de cargo), mas porque carregava um peso jurídico. Ao tratar dos fenícios, por exemplo, os Mohedano fizeram uma afirmação que é difícil de interpretar hoje em dia:

As Histórias sagrada e profana descobrem uma admirável harmonia sobre este particular. A profana, sem determinar época, pinta os Fenícios na antiguidade como Mestres da Navegação, Comerciantes, e Coletores de todo o mundo, descobridores do estreito que une o Oceano com o Mediterrâneo, e enfim, com o domínio, império e possessão de ambos os mares⁷ (MOHEDANO, 1766, p. 132).

Esse peso jurídico ficava claro na distinção entre *Mero Imperio*, *Mero Mixto Imperio* e *Mixto Imperio* presente nos dicionários. Império era a condição do soberano, por vezes usurpada e por outras comunicada aos vassalos. A associação entre Império, julgamento e legislação era uma herança clássica, reinventada com o *Rex Imperator Regno Suo* de Vestfália (PAGDEN, 1995, p. 12), o que ajuda a explicar alguns desenvolvimentos do conceito. Império era um cargo sacro para a Igreja Romana, ao menos desde o século VIII, e assim se manteve ao longo da Idade Média. Quando Carlos V assumiu o trono, ainda que a expansão comercial já estivesse presente, o principal fator do Império era teológico. A dessacralização do termo, com o enfraquecimento do cargo a partir do século XVII, teve como sua consequência não o seu desaparecimento, mas ao revés: a popularização e extensão do vocábulo para outros reinos, o que passaria a ser consagrado oficialmente no século XIX.

A valorização do Império como símbolo da Civilização estava completamente ausente em outros historiadores. Juan Masdeu, um dos cinco mil jesuítas expulsos da Espanha para a Itália em 1767, não deu qualquer sentido político ao termo. Imerso desde então na “cultura hispano-italiana”, foram as polêmicas acerca do papel cultural da Espanha que moveram o jesuíta. Quando os ministros Gálvez e Floridablanca decidiram patrocinar todas as respostas espanholas às acusações europeias baseadas na *leyenda negra* (uma antiga corrente intelectual, que associava à Espanha com o fanatismo

⁷ “La Historia sagrada y profana descubren una admirable armonía sobre este particular. La profana sin determinar época pinta á los Phenicios en la antigüedad como Maestros de la Navegación, Comerciantes, y Factores de todo el mundo, descubridores del estrecho que une el Oceano con el Mediterráneo, y en fin, con el dominio, imperio, y posesión de ambos mares”.

religioso e com a crueldade para com os indígenas), Masdeu chegou a ganhar mais de dez pensões.

Obras de Montesquieu, Robertson, Voltaire e a Enciclopédia, foram citadas por Masdeu, embora nem sempre para concordar. Montesquieu, por exemplo, era um “filósofo superficial” (MASDEU, 1783, p. 265). Outros argumentos que tornariam Masdeu um ilustrado são sua apologia ao comércio, presente fartamente na obra, e a crítica ferrenha aos mitos. O objetivo de purgar as mentiras da história era não apenas uma tradição do humanismo, mas foi repetido incessantes vezes desde o século XV. Algumas vezes, como por Pellicer no século XVII, para colocar outros mitos no lugar, dentro da mesma tradição bíblica. A defesa da sociedade comercial, esta sim, era uma novidade da ilustração. A política de Carlos III de liberalização do comércio com a América foi elogiada de forma protocolar por Masdeu, como o faziam todos aqueles interessados em pensões.

No entanto, concomitante aos elogios, algumas marcas típicas dos ilustrados eram contestadas: a ideia de que houve um milênio de barbárie enfim superado pelas letras e pela ciência, fundamental nas histórias ilustradas, inclusive dos irmãos Mohedano, foi bastante relativizada. Os espanhóis apareciam como mantendo a cultura, mesmo nas épocas em que outras nações eram bárbaras. Se nos primeiros tomos ainda houve uma desvalorização da época medieval, os últimos foram marcados pela renovação do elogio aos godos (MANTELLI, 1982, p. 214). Em diversos momentos, colocou-se como um crítico da moderna filosofia:

Eu quis dar no final deste capítulo uma pequena mostra da vã e extravagante filosofia de Montesquieu, e de outros modernos, que se deixam levar de todos os ventos que sopram, e alucinar de qualquer lâmina que reluz, para que não se creia lícito ofuscar a verdade, segundo a moda do nosso século, com as névoas de uma filosofia de sussurros⁸ (MASDEU, 1783, p. 269).

Assim como para os Mohedano, ao analisar o conceito de Império na obra de Masdeu, tornava-se mais clara a interação do jesuíta com a Ilustração. Em primeiro lugar, a palavra possuía uma função muito mais objetiva na obra do catalão. Império foi usado quase sempre como sinônimo de Roma, como marcação de tempo (“no Império de Augusto”, etc.), ou então como sinal de uma dignidade (“general do Império”, etc.). Ao

⁸ “Yo he querido dar al fin de este capítulo una pequeña muestra de la vana y extravagante filosofía de Montesquieu, y de otros modernos que se dexan llevar de todos los vientos que soplan, y halucinar de qualquier oropel que reluce, para que no se crea lícito ofuscar la verdad, según la moda de nuestro siglo, con las nieblas de una filosofía de voces.”

analisar as citações, Império não aparecia como uma palavra polissêmica, perdendo a característica básica de um conceito (KOSELLECK, 2006, p. 108).

Tal diferenciação com os Mohedano se explicava também pelos objetivos de quem escrevia. Os monges franciscanos compuseram para seus compatriotas, preocupados em propor as medidas para fazer a Espanha renascer, tendo em vista a comparação com as outras potências, principalmente a França. A história era um instrumento da reforma política. Já para Masdeu, a história era o lugar de glórias utilizado para se contrapor ao que se dizia de mal da Espanha. Não à toa as suas primeiras obras foram em italiano, focadas no público culto estrangeiro. Defender a Espanha era defender suas glórias antigas, estabelecendo-a como nação ancestral, continuamente invadida. Os Fenícios eram heróis justamente por não serem um Império.

Se Império não apareceu como conceito, e mais como referência a Roma, o mesmo não se passou com Colônia. De politização anterior e foco de uma acirrada disputa quando das independências (CASTEJÓN, 2016), o conceito de Colônia era chave no mundo atlântico. Para os Mohedano, através das colônias vinha a civilização. Ou seja, fundar colônias era a função da nação mais culta. Quando a esta lógica o termo Império era adicionado, havia a valorização da hierarquia interna, vista de maneira temporalizada, pois as colônias adquiriam a cultura da metrópole.

Os próprios gregos só haviam crescido por serem antes uma colônia: “nem esta última Nação [Grécia] tão engenhosa se civilizou ou adquiriu os conhecimentos mais comuns até que recebeu colônias da Fenícia e do Egito”⁹ (MOHEDANO, 1766, p. 26). Nesse raciocínio, a história do mundo era mais a história da difusão da cultura pelos Impérios do que a história das nações. Masdeu (1783, p. 55) não poderia ser mais avesso a essa definição. Não apenas a nação ocupava a preeminência historiográfica, como as colônias não difundiam a civilização: “as colônias, na série de gerações, vão perdendo a antiga complexão e adquirem a da nova região. Os Espanhóis têm provas continuadas em suas Américas”¹⁰.

Esse tipo de reflexão poderia levar a questionamentos sobre a legitimidade do Império espanhol na América, principalmente das mudanças encampadas pelo governo de Carlos III. Ainda que este não fosse o tema dos livros de História da Espanha, o Novo Mundo era tangenciado em diversos momentos. Por vezes, como comparação entre os

⁹ “Ni esta ultima Nación [Grécia] tan ingeniosa se civilizó ó adquirió los mas comunes conocimientos hasta que recibió colonias de la Phenicia y Egypto.”

¹⁰ Las colonias en la serie de las generaciones van perdiendo la antigua complexión, y adquieren la de la nueva región. Los Españoles tienen pruebas continuadas en sus Américas.”

antigos espanhóis e os “selvagens” americanos, por outras da atividade colonizadora. Na ótica dos Mohedano (1766, p. 169), era a civilização que justificava o Império: “admirando, então, os Espanhóis aos seus novos Colonos, como homens que levavam a eles muitas vantagens, e a cuja vinda deviam singulares benefícios, estariam muito dispostos e dóceis para receber deles o conhecimento”¹¹.

Já para Masdeu, a colônia aparecia como um ato de força e que não levava obrigatoriamente à melhoria da terra colonizada. Mesmo ao analisar o Império Romano, retomava o conceito clássico de colônia como inferior ao de município:

Havia algumas que se chamavam Colônias, e outras Municipios. As primeiras, fossem de Romanos, ou de Espanhóis considerados como cidadãos de Roma, viviam segundo as leis da Capital do Império; e os segundos, pelo contrário, governavam a si mesmos segundo as antigas leis da pátria, porém gozando seus cidadãos dos mesmos privilégios que tinham os Colonos, e podendo igualmente aspirar a todas as honras e empregos. Por conseguinte, o Município, como tinha menos dependência de Roma, era por sua natureza de melhor condição que a Colônia¹² (MASDEU, 1790, p. 33).

Surpreendentemente, foi na história de Atlântida que Masdeu iria buscar um suporte ao domínio espanhol. Retomando uma interpretação que existia desde o século XVI, americanos e espanhóis eram irmanados pelo continente submerso. Ancorando-se em autores greco-romanos, Masdeu (1785, p. 331) argumentou pela autoridade dos clássicos contra a razão ilustrada, em postura abertamente antimoderna.

Na ausência de um conceito positivo de Império, e como a obra era dirigida a um público internacional, em que Masdeu procurava fazer-se de Ilustrado, a justificação única e exclusivamente na propagação do catolicismo não bastava. Era preciso retomar um mito, reconfigurado na narrativa tardohumanista. São esses detalhes que podem fazer desconfiar da classificação de Ilustrado atribuída a Masdeu (1783, p. 184), inclusive pelo próprio. Ao pensar o sentido da “decadência espanhola”, por exemplo, o jesuíta também repetiu a narrativa seiscentista: era o destino natural dos Impérios.

Equilibrando-se com dificuldade entre a Ilustração, o Humanismo e a tradição jesuítica, Masdeu compôs uma obra marcante, e a mais erudita história da Espanha do

¹¹ “Admirando, pues, los Españoles á sus nuevos Colonos, como hombres que les llevaban muchas ventajas, y á cuya venida debían singulares beneficios, estarían muy dispuestos y dóciles para recibir de ellos el conocimiento.”

¹² “Había algunas que se llamaban Colonias, y otras Municipios. Las primeras, ó fuesen de Romanos, ó de Españoles considerados como ciudadanos de Roma vivían según las leyes de la Capital del Imperio: y las segundas por el contrario, se gobernaban según las antiguas leyes de la patria, pero gozando sin embargo sus ciudadanos de los mismos privilegios que tenían los Colonos, y pudiendo igualmente aspirar á todos los honores y empleos. Por consiguiente el Municipio, como tenia menos dependencia de Roma, era por su naturaleza de mejor condicion que la Colonia.”

século XVIII. No entanto, isso não significa obrigatoriamente que concordasse com os conceitos da Ilustração; muito diferente dos irmãos Mohedano, que, com menos erudição, fizeram uma história encaminhada para discutir no mundo cosmopolita da Ilustração. A obra de Masdeu foi uma defesa da Velha Espanha e, com isso, do papel dos Jesuítas, símbolos da antiga grandeza espanhola. Já os franciscanos buscavam um projeto para uma nação moderna, comercial e ilustrada, e para tal fim o conceito de Império era relevante. Enquanto que para Masdeu, o Império era o passado que não mais existia da Nação espanhola, pois aquela grandeza era agora inatingível. Talvez esteja nessa defasagem de perspectiva temporal uma das grandes diferenças entre a Ilustração e o Humanismo (SÁNCHEZ-BLANCO, 1999).

Os Impérios modernos

A defesa da nova sociedade comercial e polida, com uma abordagem cosmopolita, capaz de lidar com os novos parâmetros da “história mundial” (KOSELLECK, 2004, p. 102), foi um dos principais desafios para a historiografia ilustrada. Ao mesmo tempo, a historicização da “história natural”, com o cientificismo, pautou os temas para dissertar acerca dos mundos não-europeus (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2008). Com a “disputa do novo mundo” em termos intelectuais e político-militares, dois livros marcaram a década de 1770 como a “década americanista” (BAS, 2002, p. 64): o megaprojeto *Histoire Philosophique et politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, assinado e coordenado pelo ex-jesuíta francês Guillaume-Thomas Raynal, com a ajuda de outras mãos, entre elas a de Diderot, lançado em 1770, com a segunda edição em 1774 e a definitiva em 1780; e *History of America*, em dois volumes, publicados em 1777, do escocês – e defensor da Grã-Bretanha – William Robertson.

A *Histoire des Deux Indes* de 1780, com seus longos dez tomos, causa muito debate historiográfico. Seus intérpretes vão daqueles que veem no livro uma máquina de guerra e um grito anticolonial (ISRAEL, 2011, p. 145), ao outro extremo, de tomá-lo como propaganda do ministério francês da marinha e do comércio (TRICOIRE, 2018, p. 444). Não é o intuito discutir essas interpretações, porém, ao pensar a recepção da obra na Espanha, é fundamental entender que o livro podia ser lido tanto como um panfleto revolucionário, quanto como uma enciclopédia para o comércio.

Para o Duque de Almodóvar (1792, p. 109), embaixador espanhol, a obra era “a melhor e a pior de quantas se escreveram nestes tempos”¹³. Nessa dicotomia da sua recepção, compreende-se que o livro de Raynal era tanto uma história dos impérios quanto uma profecia da revolução vindoura (POCOCK, 2004, p. 325). Era um gigantesco elogio aos filósofos e à sociedade comercial, com uma crítica ao “espírito de conquista”, ao “fanatismo religioso” e ao despotismo. Os Impérios pululavam ao longo das páginas: chinês, japonês, mongol, árabe, asteca, entre muitos outros. A palavra foi usada correntemente para designar os não europeus, todavia com raridade para as nações da nova balança de poder. Havia também um viés anti-Império muito claro, porém na lógica que o humanismo cívico interpretava o fim de Roma. O tempo todo parecia que o luxo e a desigualdade ameaçavam corroer os estados, até mesmo os republicanos.

No entanto ainda resta a pergunta, se os modernos Impérios, que avançavam pela Ásia e encontravam-se estabelecidos na América, recebiam então essa nomenclatura. Apesar de não ser o sentido principal, Império aparecia sim como a expansão da nação sobre povos não europeus. Mesmo nações que não tinham mais o protagonismo, como Espanha e Portugal, entravam como Impérios ao avançar para além da Europa (RAYNAL, 1781, t. 1, p. 185; RAYNAL, 1781, t. 2, p. 457). A descrição da dominação inglesa na Ásia deixa isso claro:

Por que é preciso que uma administração que tanto honra a razão e a humanidade, não se estenda mais além do pequeno território de Madras? Será então verdade que a moderação é uma virtude unicamente dos medíocres? A companhia inglesa tinha até os últimos tempos uma conduta superior às das outras companhias. Seus agentes, seus comerciantes, eram bem escolhidos. Os principais eram jovens de boas famílias, que só queriam servir sua pátria além dos mares, desses mares imensos que a nação olha como parte de seu império¹⁴ (RAYNAL, 1781, t. 2, p. 203).

No entanto, este não foi o sentido principal do termo, comumente reservado a ser sinônimo de estado soberano. De qualquer forma, é na polissemia do termo Império, permeado do viés negativo do humanismo cívico, do moderno da expansão da nação e do igualmente ilustrado sentido de evolução civilizacional – a partir do qual se compreende

¹³ “La mas buena y mas mala de quantas se han escrito en estos ultimos tempos”.

¹⁴ “Pourquoi faut-il qu'une administration qui fait tant d'honneur à la raison & à l'humanité, ne se soit point étendue au-delà du petit territoire de Madras? Serait-il donc vrai que la modération est une vertu uniquement attachée à la médiocrité? La compagnie Anglaise avoit eu jusqu'à ces derniers tems une conduite supérieure à celle des autres compagnies. Ses agents, ses facteurs étoient bien choisis. Les principaux étoient de jeunes gens de famille, qui ne craignoient point d'aller servir leur patrie au-delà des mers, de ces mers immenses que la nation regarde comme une partie de son empire.”

a disputa se os astecas e incas eram realmente Impérios – que o conceito adentrava na modernidade como um território em disputa.

O livro do escocês William Robertson caminhou por outro trajeto da Ilustração. Muito mais moderado e sem profecias da revolução (SHER, 2015), o pastor presbiteriano e reitor da Universidade de Edinburgh alcançou um alto prestígio, com relevante sucesso editorial. Robertson era parte do “partido moderado” escocês, adepto de uma integração forte ao sistema britânico e da submissão civil do clero. A *History of America* tinha uma perspectiva muito diferente de Raynal. Se a obra francesa foi uma denúncia da conquista predatória europeia na América e na Ásia – com o conseqüente elogio de uma colonização civilizatória (TRICOIRE, 2017) – o livro do escocês foi muito mais próximo da história conjectural [*stadial/conjectural history*] escocesa, com uma narrativa esquematizada sobre a evolução das sociedades.

Ainda que também condenatória da violência da colonização, a obra de Robertson foi menos enfática que a de Raynal, por vezes desconfiando abertamente de Las Casas, principal fonte para o livro francês. Ambos coincidiram, entretanto, na diminuição da escala civilizacional das sociedades americanas, incluindo mesmo os “Impérios” Astecas e Incas dentre o rol dos selvagens, por não dominarem a metalurgia, a escrita, o dinheiro, entre outros fatores considerados pela história conjectural como distintivos de cultura (ROBERTSON, 1777, vol. II, p. 293-322).

No contexto inglês era mais comum denominar as potências europeias como Impérios, vide o próprio vocativo eventualmente usado em contextos oficiais ou textos propagandistas do Império Britânico. Logo, não é surpreendente que em sete momentos, ao longo da obra, Império tenha sido explicitamente “Império Espanhol”. No entanto, apesar deste nome composto, Império era um conceito menos politizado do que para Raynal, pois a crítica do humanismo cívico estava ausente. O sentido de Império era muito mais o inglês: a administração de diferentes comunidades pela mesma cabeça, por vezes com hierarquia definida, embora não obrigatoriamente. Ainda assim, o caráter de conquista e expansão da nação – mesmo menos politizado – foi mantido:

A tarefa de prosseguir nas descobertas, ou mesmo de tentar a conquista, foi abandonada para indivíduos: e com tanto ardor os homens entraram nessa nova carreira, na qual a novidade, o espírito de aventura, a avareza, a ambição e a esperança de merecer o céu, conjugavam-se para influenciar a todos, que em menos de meio século quase todo o extenso império que a Espanha possui

agora no Novo Mundo, era subjogado ao seu domínio¹⁵ (ROBERTSON, 1777, vol. II, p. 225).

Este sentido de Império, conjugado à justaposição comum de Império e Províncias, era uma classificação destinada aos grandes Estados. Ainda no século XVIII, talvez principalmente na Inglaterra, tornou-se constantemente um elogio aos países, que podiam ou não ter o grau de Império. Nesse sentido, como Império era colocado na escala civilizatória, era também um conceito temporalizado. Algumas sociedades chegavam a ser um Império, enquanto outras paravam no caminho.

Essas duas obras foram as mais importantes para os membros do público culto europeu pensarem a América. É significativo que nenhum dos dois esteve na América, e que em ambos o novo mundo servia, no fundo, para pensar a Europa moderna. Ao demonstrar a politização do termo Império – ainda que diminuta perto de outros conceitos mais fundamentais, como cultura e comércio – esses autores também dialogavam, na Espanha, com outra tradição, que vinha tanto da cultura clássica como da teologia católica. Em poucos momentos esse debate entre posições que pareciam não se unir ficou tão claro quanto na obra de Juan de Nuix.

Mais um dos muitos jesuítas aragoneses exilados na Itália, Nuix era de família nobre, professor de retórica e poética quando foi expulso. Seu livro de 1780, em resposta à convocação do governo de Madri para combater a *Leyenda negra*, foi o primeiro de um peninsular escrito com o fim de contestar especificamente as acusações ilustradas ao domínio espanhol na América.

O ponto mais importante para compreender a obra de Nuix é não a interpretar como uma história no sentido ilustrado. A obra se ancorou na repetição das histórias antigas da Espanha e, principalmente, no discurso retórico com o qual o jesuíta estava acostumado. A estratégia narrativa foi quase sempre repetir os argumentos dos outros autores, de forma estereotipada, exagerando-os a tal ponto que ficavam incorretos.

Os historiadores antigos deveriam ser preferidos: “este é um fato que só se sabe porque é referido pelos Historiadores Espanhóis. E assim, apenas nestes devemos crer, e não em um Escocês moderno”¹⁶ (NUIX, 1783, p. 76). Esse posicionamento

¹⁵ “The care of prosecuting discovery, or of attempting conquest, was abandoned to individuals; and with such ardor did men push forward in this new career, on which novelty, the spirit of adventure, avarice, ambition, and the hope of meriting heaven, prompted them with combined influence to enter, that in less than a half a century almost the whole of that extensive empire which Spain now possesses in the New World, was subjected to its dominion”.

¹⁶ “Este es un hecho, que solo se sabe porque lo refieren los Historiadores Españoles. Y así, à solos estos debemos creer, y no à un Escoces moderno.”

antimoderno foi um traço homogêneo na obra: “os Espanhóis não necessitam da sua filosofia carnal, porque têm outra Celestial e Divina”¹⁷ (NUIX, 1783, p. 143).

Sendo assim, a história servia como referência para a identidade e lugar para os exemplos edificantes. O fato de Nuix citar constantemente Montesquieu, Voltaire, Raynal, Robertson, Marmontel, entre outros, não fazia dele um ilustrado, mas justamente o contrário. Foi um exemplo acabado de “anti-filósofo” (ISRAEL, 2011, p. 140), da ala mais exacerbada dos jesuítas exilados. É justamente esse traço raro, quando comparado aos outros autores aqui estudados, que o faz intrigante para analisar o conceito de Império.

O primeiro ponto é a utilização constante da palavra para descrever a monarquia espanhola. De fato, no livro de Nuix o principal uso de Império foi como “Império Espanhol”. Através dele é possível entender melhor os múltiplos extratos temporais que o conceito carregava. Não era a interpretação inglesa do Império como comunidade de nações, tampouco a versão mais moderna do Império como expansão da nação. Nuix lidou com o conceito de Império que já estava assentado nos textos espanhóis.

Desde as *cartas de relación* de Hernan Cortés (2001) o domínio espanhol na América era considerado um Império antes de tudo porque havia dominado outro Império. A segunda referência de Império vinha da tradição católica, na concordância entre domínio da Igreja e do Império. Daí a associação constante entre império e fé: “eis aqui como, por ordens secretas do Supremo Juiz dos acontecimentos, sem violência por parte dos homens, veio a cair o Império Mexicano, e a levantar-se sobre suas ruínas o Espanhol”¹⁸ (NUIX, 1783, p. 72).

Como novidade, em Nuix (1783, p. 409) o Império espanhol só existia associado às possessões americanas. No entanto, isso não significava o império como expansão comercial da nação, porém como conquista de outras nações. Se isso o aproximava das referências romanas, o que o distanciava era que a principal ferramenta da conquista teria sido a religião: “pode-se dizer francamente que o espírito da Religião fundou, conservou e conservará para sempre aquele Império Espanhol”¹⁹.

O texto de Nuix (1783, p. 134) não foi apenas continuidade das antigas tradições espanholas e do uso retórico da história. Ainda que estivesse presente a mentalidade

¹⁷ “Los Españoles no necesitan de su filosofia carnal, porque tienen otra Celestial y Divina.”

¹⁸ “He aqui como, por ordenes secretas del Supremo Arbitro de los acontecimientos, sin violencia por parte de los hombres, vino à caer el Imperio Mexicano, y à levantarse sobre sus ruinas el Español.”

¹⁹ “El espíritu de Religion, se puede decir francamente que fundó, que ha conservado, y conservará para siempre aquel Imperio Español.”

barroca da decadência, o essencial desse texto é que constituiu a resposta de uma ala tradicionalista dos jesuítas à filosofia ilustrada. Era preciso reafirmar o “ser espanhol” como forma antípoda à modernidade. Ao fazê-lo, o recado foi também para os setores do governo que pregavam o exemplo inglês (NUIX, 1783, p. 297).

A partir da lógica do escrito de Nuix como reação, mais do que continuidade, é possível identificar a polissemia do conceito de Império. Reafirmar sua assimilação à fé, mais do que aos clássicos romanos, era uma posição política do jesuíta exilado. Apenas mantendo tudo como sempre foi – inclusive, provavelmente, com a volta dos jesuítas – era possível à Espanha manter o seu Império. Através do estudo desse “anti-filósofo”, compreende-se melhor as inovações enormes trazidas pela Ilustração na maneira de compreender o tempo, e o arcabouço teórico daqueles que as negavam.

Em sentido oposto ao de negação foi a ambiciosa tradução feita por Pedro Francisco Suarez de Góngora y Luján da edição de 1781 do livro de Raynal. Gongora y Luján já era Duque de Almodóvar quando começou a publicar os volumes, entre 1784 e 1790 (ÁLVAREZ, 2014, p. 30). A condição de nobre de segunda grandeza fazia-o socialmente de outro perfil, quando comparado à maioria dos ilustrados espanhóis, normalmente ou *manteístas* ou membros do clero. Como homem de posses, Almodóvar pôde fazer o “*grand tour*” ilustrado. Como nobre, coube a ele a diplomacia em países de primeiro escalão: Rússia (1761-1763), Portugal (1763-1778) e Inglaterra (1778-1779). Desde 1781 foi membro da *Real Academia de Historia*, assumindo a diretoria da instituição em 1792, em substituição conturbada ao ex-todo poderoso Campomanes.

Com a tradução de Raynal, Almodóvar foi além do papel de divulgador das luzes. As condições particulares da tradução, com muitas adaptações e a inserção assumida de trechos inteiros que não estavam no original de Raynal – normalmente indicados como apêndices –, levaram alguns inclusive a não compreenderem o porquê de o Duque insistir que estava fazendo uma tradução, preferindo situá-lo nas disputas acerca da Companhia das Filipinas e contra a Inglaterra (PAQUETTE, 2007, p. 75). No entanto, para os parâmetros do século XVIII, a obra pode sim ser considerada uma tradução, com a especificidade de que o nobre espanhol transformou um livro de múltiplos vetores em um majoritariamente econômico; logo, é na lógica das traduções econômicas que deve ser encaixada (LLOMBART, 2004, p. 19). O procedimento de “adaptação” da obra original era tão aceito que não era escondido. Jovellanos, na censura feita pela Academia de Historia à obra de Almodóvar elogiou justamente isso, a obra “limpa” dos erros da original (CORONAS, 2009, p. 304).

O resumo feito por Raynal da história da transição da Idade Antiga à Moderna, com a denominação da Idade Média como “tempo bárbaro” ficou exatamente igual em Almodóvar: “quase toda a literatura daqueles séculos estava reduzida a Romances absurdos e Fábulas melancólicas, que contribuían a manter certo espírito de tristeza e de inclinação a todo o maravilhoso”²⁰ (ALMODÓVAR, 1783, p. 13). A forma de escapar da barbárie também era a mesma nas duas obras, o comércio: “o comércio dos povos, uns com os outros, é o que diminui sua ferocidade: sua separação a faz durar”²¹ (ALMODÓVAR, 1785, p. 3).

A presença do conceito de Império ao longo da obra serve como comprovação das similitudes entre a versão francesa e a espanhola. Assim como para Raynal, Império foi usado para designar majoritariamente os reinos asiáticos ou antigos. Sendo assim, a denotação de um estado como Império era vista como algo de outro tempo, pois no atual equilíbrio das nações a monarquia universal era impossível. Mesmo a presença do Império chinês podia ser enquadrada nessa temporalização, com as críticas à baixa disponibilidade dos chineses às mudanças históricas (ALMODÓVAR, 1784, p. 158).

No entanto, da mesma forma que para Raynal, os outros sentidos do conceito de Império se aplicavam às nações europeias. Não apenas Portugal, Holanda, Inglaterra, França e Espanha eram designadas como Impérios – ainda que raríssimas vezes –, como também a definição de Império enquanto expansão da Nação foi mantida do original francês para a tradução. De fato, essa concepção moderna de Império foi inclusive reforçada no discurso político-econômico do Duque de Almodóvar.

No prólogo ao quarto tomo, por exemplo, em que abordou as nações do norte da Europa, Almodóvar (1788, p. IV) deixou clara a diferença entre Nação e Império:

Misturadas todas as Nações da Europa, e estabelecidos seus respectivos Impérios, aproximaram-se as ideias com as relações recíprocas, ainda que envoltas em interesses e fins conflituosos. Embora também mais tarde, justamente pelos mesmos princípios, as Nações Setentrionais não podiam menos que tentar se introduzir, como os demais povos cultos e ativos da Europa, nas riquezas, navegação e comércio da Ásia²².

²⁰ “Casi toda la literatura de aquellos siglos estaba reducida à Romances absurdos y Fábulas melancólicas, que contribuían à mantener cierto espíritu de tristeza y de inclinación à todo lo portentoso.”

²¹ “El comercio de los pueblos, unos con otros, es lo que disminuye su ferocidad: su separacion la hace durar.”

²² “Mezcladas ya todas las Naciones de Europa, y establecidos sus respectivos Imperios, se aproximaron las ideas con recíprocas relaciones, bien que envueltas en contradisimos intereses y fines. Aunque tambien mas tarde, justamente por los mismos principios, no podian menos de intentar las Naciones Septentrionales introducirse, como los demas pueblos de Europa cultos y activos, en las riquezas, navegacion, y comercio del Asia.”

Antes de tudo, a nação existia antes do Império e, ainda mais significativo, ela continuava existindo separadamente depois deste ter sido estabelecido. Depois, Império foi associado com a expansão para fora do mundo europeu, ou, do mundo civilizado. Só havia Império quando se chegava à América, África e Ásia. Dessa separação entre Império e Nação surgiria, ao longo do século XIX, o conceito de Imperialismo.

Os povos/nações da Europa, incluindo os espanhóis, fundavam Impérios na Ásia. Aí está uma das chaves para decifrar as razões que levaram o Duque de Almodóvar ao trabalho de tradução/criação. O livro era uma forma de proclamar a Espanha como uma das nações modernas, assim como apontar os caminhos para ter protagonismo. A proposta era repensar as colônias asiáticas num viés comercial e não de conquista, num mundo no qual as colônias eram justamente vistas como instáveis: “toda colônia, supondo a autoridade em uma região, e a obediência em outra região distante, é um estabelecimento vicioso em seus princípios: é uma máquina cujas engrenagens soltam, rompem-se o tempo todo, e é preciso consertá-la continuamente”²³ (ALMODÓVAR, 1784, p. 360). Era preciso readequar as colônias e reformar o Império.

O último tomo, quase todo dedicado a *Real Compañía de Filipinas*, recém fundada em 1785, era o auge dessa visão reformista, porém não se pode deduzir que Almodóvar procedeu ao lançamento de cinco livros para defender a Companhia das Filipinas e atacar a Inglaterra. O Duque se dedicou bastante a uma tradução em diversos momentos precisa. Ele se incluía no movimento ilustrado: “a filosofia do comércio, a economia política, são duas novas regiões do conhecimento humano, cujo descobrimento se deve à ilustração deste século”²⁴ (ALMODÓVAR, 1790, p. 208). O livro foi um manifesto pela sociedade comercial moderna e seu campo de batalha era interno, como costumavam ser as traduções.

Nessa disputa pela Ilustração na Espanha, nos anos finais do reinado de Carlos III, os inimigos eram tanto aqueles aferrados à tradição barroca, como Juan Nuix, quanto os ilustrados mais radicais. Talvez por essa linha seja possível compreender a tradução de Almodóvar. Era mais do que uma interferência pragmática nos assuntos asiáticos do governo, mas também um aviso do caminho a ser seguido. Uma ilustração bastante

²³ “Toda Colonia, suponiendo la autoridad en una region, y la obediencia en otra region distante, es un establecimiento vicioso en sus principios: es una maquina, cuyos resortes se aflojan, se rompen sin cesar, y es preciso repararla continuamente.”

²⁴ “La filosofia del comercio, la economía política, son dos nuevas regiones del conocimiento humano, cuyo descubrimiento se debe á la ilustracion del siglo”.

moderada, sem ataques ao clero ou à alta nobreza, porém com um projeto definido de inclusão na nova Europa comercial e civilizada, através do Império.

Sendo assim, nos conceitos houve também uma profunda mistura intelectual. Tal como ao discorrer longamente sobre a Rússia, em que Império foi usado como sinônimo de estado grande (ALMODÓVAR, 1788, p. 250). O sentido jurídico do conceito, próximo de soberania e comando, também estava presente, por exemplo quando explicou o termo inglês *Lordship* através de três palavras: *señorío*, *dominio*, *imperio* (ALMODÓVAR, 1785, p. 102). O prestígio contínuo do Duque de Almodóvar, com cargos palacianos e o posto de Conselheiro de Estado, permitem supor que não era um projeto solitário de modernidade, mas ancorado em determinado setor social. O apoio de Jovellanos, por exemplo, com velocidade rara nas censuras e aprovações efusivas, indicava um desses grupos ilustrados de pressão, equilibrados entre um setor tradicionalista espanhol e uma efervescência subterrânea que pode apenas ser suposta.

Entre as alternativas abertas pelo Duque de Almodóvar, com sua adaptação da concepção ilustrada de Império e de comércio, e por Juan de Nuix, de reafirmação dos valores tradicionais do catolicismo espanhol, a aposta oficial do governo foi pelo humanista Juan Bautista Muñoz, ex-professor da Universidade de Valência. Grande responsável pelo *Archivo General de Indias*, o humanista valenciano só se dedicou à escrita muito depois dessa tarefa ter sido destinada a ele, em briga ferrenha com a Real Academia de Historia. O primeiro volume da *Historia del Nuevo Mundo* foi lançado em 1793, catorze anos após Muñoz ter ganhado o cargo. A principal preocupação do valenciano foi com a erudição e o trabalho com as fontes diretas. Partindo dessa base, que devia muito ao humanismo quinhentista, a história servia como depositária de exemplos úteis: “grande delito é dar mal exemplo em todo gênero de texto; porém é muito maior na história, a quem por começo e fim primordiais pertence inclinar à virtude e desviar do vício através de exemplos” (MUÑOZ, 1793, p. XXVII)²⁵.

Apesar do apego ao humanismo e da crítica à filosofia ilustrada, a obra se constituiu a partir de um diálogo com a Ilustração. Principalmente no seu capítulo introdutório, a narrativa histórica seguiu a concepção de barbárie e civilização típica do Iluminismo, com ênfase na saída do “Milênio cristão”:

Os pequenos fragmentos nos quais foi desfeito o império dos romanos por sucessivas irrupções de bárbaros setentrionais, vão voltando a unir-se, e no final do século XV formam já monarquias proporcionadas. (...) Os soberanos

²⁵ “Gran delito es dar mal ejemplo en todo género de escritos; pero eslo mucho mayor en la historia, á quien por instituto y fin primario pertenece inclinar á la virtud y desviar del vicio por medio de egemplos.”

mais poderosos fazem respeitar seus direitos, contém os insultos e as usurpações contra seus companheiros menores, adquirem crédito para interceder nas diferenças, e pouco a pouco se estabelece o sistema de equilíbrio, através do qual se formou em toda a Europa uma sociedade governada pelo legítimo direito das gentes (MUÑOZ, 1793, p. 22).²⁶

Se o primeiro capítulo era um diálogo direto com a filosofia ilustrada, a mesma foi quase esquecida no restante do livro, deveras concentrado na narrativa neoclássica. O conceito de Império ilustra bem esse dilema entre o Humanismo clássico e a Ilustração por parte de Muñoz. O autor usou por quatro vezes a expressão “Império Espanhol”, que, por vir de um oficial autorizado diretamente pelo governo, ganhava um significado ainda mais forte. O Império era um sinônimo de grandeza e glórias.

Quase todas as vezes em que aparecia o conceito como equivalente à monarquia espanhola se expandindo pela América, estava acompanhado do cristianismo e das luzes. Poucos conjuntos de conceitos poderiam ser mais representativos da junção espanhola de Humanismo e Ilustração. Em associação típica do classicismo, os navegantes apareciam como continuadores de Roma:

Por seu trabalho, a Europa, que foi a última em recebê-lo, vem a ser a depositária do saber, a mãe da cultura e a mestra universal. Nela se estabelece o império mais poderoso que já viu o mundo, e em sua capital o centro da religião verdadeira; cujo divino autor descendido do céu dá a última perfeição à razão humana, ilustrando-a com a nova chama do evangelho. Com este acúmulo de luzes, saem finalmente uns navegantes do último rincão da Europa em busca de regiões incógnitas, e encontram um Novo Mundo (MUÑOZ, 1793, p. 16).²⁷

O Império espanhol difundia a luz da cultura e da fé:

Não se colocava empecilho no que facilmente o império espanhol iria sujeitar quando chegasse a ser reconhecido. Daí que se esperava difundir a luz da cultura europeia e da religião de Cristo entre infinitas nações bárbaras e infieis. Bem tão grande que sozinho se acreditava o bastante para justificar quaisquer guerras e conquistas que se empreendesse (MUÑOZ, 1793, p. 157).²⁸

²⁶ “Los pequeños fragmentos en que fué deshecho el imperio de los romanos por las sucesivas irrupciones de los bárbaros septentrionales, se van volviendo á unir, y á fines del siglo XV forman ya monarquías proporcionadas. (...) Los soberanos mas poderosos hacen respetar sus derechos, contienen los insultos y las usurpaciones contra sus compañeros menores, adquieren crédito para interceder en las diferencias, y poco á poco se establece el sistema del equilibrio, por donde se ha formado en toda Europa una sociedad gobernada por el legítimo derecho de las gentes.”

²⁷ “Por su beneficio la Europa, que fué la última en recibirla, viene á ser la depositaria del saber, la madre de la cultura y la maestra universal. En ella se establece el imperio mas poderoso que ha visto el mundo, y en su capital el centro de la religion verdadera; cuyo divino autor descendido del cielo dá la última perfeccion á la razon humana, ilustrándola con la nueva antorcha del evangelio. Con este cúmulo de luces salen finalmente unos navegantes de lo último de la Europa en busca de regiones incógnitas, y encuentran un Nuevo-mundo”.

²⁸ “Ni se ponía dificultad en que facilmente se iría sujetando al imperio español quanto llegase á reconocerse. Por donde se esperaba difundir la luz de lá cultura europea y de la religion de Christo entre

Apesar das referências constantes à fé como sustentáculo e justificativa do Império no Novo Mundo, o texto não foi apenas uma reafirmação dos tradicionais valores católicos espanhóis. A justificativa da conquista passava pela concepção ilustrada de cultura e de progresso da civilização. A defesa da função da comunicação entre os povos e da “missão civilizadora” europeia era tão presente quanto a reivindicação do caráter missionário. Para isso, houve uma concordância de fundo entre Robertson e Muñoz acerca da incompletude civilizatória dos Impérios americanos:

Mas nenhum parece haver adquirido jamais um número competente de ideias abstratas e universais, nem impérios tranquilos por tempo o bastante para levá-los desde o abismo das trevas à luz da verdadeira civilidade, privados como estavam de toda comunicação e notícia dos povos ilustrados, e esquecidos das tradições primitivas do gênero humano (MUÑOZ, 1793, p. 12).²⁹

Justamente nessa linha de continuidade não completa entre Humanismo e Ilustração que é possível situar o trabalho de Muñoz e de quase todo o tardohumanismo espanhol. Se parece um exagero decretar o humanismo como oposto à ilustração, tampouco havia uma continuidade natural entre eles. A obra americana do valenciano foi uma das tentativas de juntá-los, a partir de uma visão extremamente moderada da Ilustração, mas a descontinuidade e pouca originalidade na maior parte do texto dificultaram o trabalho. É possível separar claramente as partes mais filosóficas das narrativas humanistas no texto de Muñoz.

Considerações finais

A partir do conceito de Império, pode-se compreender as múltiplas disputas que perpassavam a ilustração espanhola. Havia diferentes grupos políticos e intelectuais batalhando dentro do novo governo, em acirrada competição, que envolvia o clero, os *manteístas* e os nobres, todos tendo de dialogar com novos conceitos e a reinvenção dos antigos, inclusive para negá-los.

infinitas naciones bárbaras é infieles. Bien tan grande, que él solo se creía bastante para justificar cualesquiera guerras y conquistas que se emprendiesen por conseguirlo”.

²⁹ “Mas ningunos parece haber adquirido jamas un número competente de ideas abstractas y universales, ni haber tenido imperios tranquilos por tanto tiempo que bastase á llevarlos desde aquel abismo de tinieblas á la luz de la verdadera civilidad, privados como estaban de toda comunicacion y noticia de gentes ilustradas, y olvidados de las tradiciones primitivas del género humano”.

Não se trata aqui de ilustrados radicais ou medidas explicitamente antirreligiosas, pois foram estudadas apenas obras que puderam ser publicadas, em um sistema de forte censura, estatal e inquisitorial. Ao mesmo tempo em que o extrato social dos escritores não pode ser ignorado, nem tudo é dedutível dele. Houve membros do clero que escreviam como ilustrados para atacar a filosofia moderna, outros que a rejeçavam e uma parcela pequena, por vezes perseguida pela inquisição – como os irmãos Mohedano – que se afiliava a correntes ilustradas dentro da política espanhola, em defesa das medidas realistas e modernizantes. Cada uma dessas alas lidava de forma distinta com o conceito de Império.

Atestar a polissemia da palavra, que carregava camadas de sentido assentadas com o tempo – da Roma clássica, da doutrina católica e da jurisprudência – e que assumia novos sentidos num mundo em que a monarquia universal já parecia impossível, aparece como primeiro passo a fim de estudar o conceito. A temporalização e politização do Império se desenvolveram em múltiplas frentes. Pela disputa do papel da América na monarquia, com a importância econômica das colônias, pela relação entre Império e República, e pela relação entre Império e Civilização. Ao mesmo tempo, Império ainda demoraria muito para se tornar uma ideologia, através do Imperialismo, justamente porque a novidade do século XVIII não era a singularização da palavra – como seria a de “liberdades” para “Liberdade” – porém a sua pluralização: do Império como monarquia universal para os Impérios disputando o mundo.

É justamente nessa transição conceitual que se deu o surgimento da historiografia ilustrada. A readequação dos conceitos de Império, Nação, Colônia, Comércio e Conquista se davam não no ambiente de disputa teológica e de direito feudal do século XVI, quando da chegada dos europeus à América, porém num mundo mudando rapidamente para o capitalismo moderno, com a politização da Nação e a transformação da economia-mundo.

Na mesma linha de Koselleck, o argumento central aqui é sobre a impossibilidade de compreender a historiografia moderna, e o próprio mundo moderno, sem entender a formação do léxico com o qual é possível captá-lo e transformá-lo. Como se sabe, a historiografia científica do século XIX teve como principal objeto a Nação, elevada à posição de ser cultuada. Para fazê-lo, foi preciso antes lidar com os sujeitos políticos mais antigos no mundo europeu, entre eles o Império.

A ascensão moderna da Nação significou o fim do antigo Império, de raízes clássicas e medievais. O principal ponto aqui analisado é como isso não significou o fim

do conceito, porém a sua radical transformação. A nação moderna não se consolidou como o oposto do Império, porém, através de uma longa mutação, passou a ser a Nação Imperial, com alcance até os dias atuais. Através do exemplo espanhol, símbolo do antigo Império, é possível compreender a transformação do conceito como uma das ferramentas de entrada na Modernidade, assim como o papel da historiografia. Não mais um espelho de príncipes, porém uma reflexão filosófica voltada à ação política.

THE ENLIGHTENED HISTORIOGRAPHY AND THE CONCEPT OF EMPIRE

Abstract: The transformations of the European historiography since the second half of the XVIII century impelled to a meaningful change in the ways the past was related. Far beyond the sacred historiography and the classic narrative, the object of the historiography also changed, introducing new concepts and subjects. The aim of this article is to study the manifold paths available to the enlightened historiography in Spain, reasserting the country as one of the settings of the intellectual revolution of the age. For this purpose, it will be reviewed in particular the concept of Empire, because it carried many temporal extracts and it was being challenged in a world where nations loomed, so as the new commercial and polished society. Therefore, the article contributes to the history of Concepts in the Modern Age.

Keywords: America. Spain. Rome. Bourbon Reforms. Imperialism.

LA HISTORIOGRAFÍA ILUSTRADA Y EL CONCEPTO DE IMPERIO

Resumen: Las transformaciones en la historiografía Europa a partir de la segunda mitad del siglo XVIII significaron a un cambio importante en el modo de narrar el pasado. Más allá de la historiografía sacra y de la narrativa clásica, el objeto de la historiografía también se modificó, con la introducción de nuevos conceptos y sujetos. El ánimo del presente artículo es estudiar los múltiples caminos disponibles a la historiografía ilustrada en España, reinsertando el país como uno de los escenarios de la revolución intelectual del período. Para eso, será analizado específicamente el concepto de Imperio, por el mismo estar cargado de extractos temporales y estar en reto en un mundo en lo cual emergían las naciones y la nueva sociedad comercial y civilizada. Por lo tanto, el artículo contribuye a la historia de los conceptos durante la Modernidad.

Palabras Clave: América. España. Roma. Reformas Borbónicas. Imperialismo.

Referências

ALBALADEJO, Pablo. Athlantis Españoles. La reescritura de los orígenes en la monarquía de España (1672-1740). *Magallánica*, nº 2/3, 2015.

ALMODÓVAR, Duque de [sob o pseudônimo de Eduardo Malo de Luque]. **Historia política de los establecimientos ultramarinos de las naciones europeas**. Madri: Antonio de Sancha, tomo I [1784]; tomo II [1785]; tomo III [1786]; tomo IV [1788]; tomo V [1790].

ÁLVAREZ, Pedro. El duque de Almodóvar, autor de la 'Carta del castellano de Avilés' (1757). *Bulletin of Spanish Studies*, vol. XCI, n° 9-10, 2014, pp. 29-50.

BAS, Nicolás. *El cosmógrafo e historiador Juan Bautista Muñoz (1745-1799)*. Valencia: Universitat de Valencia, 2002.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como escribir la historia del Nuevo Mundo: historiografías, epistemologías e identidades en el mundo del Atlántico del siglo XVIII*. Cidade do México: FCE, 2008.

CASTEJÓN, Philippe. Colonia y Metrópoli, la génesis de unos conceptos históricos fundamentales (1760-1808). *Illes i Imperis*, n° 18, 2016.

CORONAS, Santos. Principios y métodos de la Ilustración: su aplicación a la historiografía indiana. *Anuario de historia del derecho español*, n° 79, 2009, pp. 285-312.

CORTÉS, Hernán. *Letters from Mexico*. Londres: Yale University Press, 2001.

CHACÓN, Pedro. El concepto de historia en España. *Araucaria*, n° 17, 2007.

FRADERA, Josep. De la periferia al centro. (Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la crisis del Imperio español). *Anuario de Estudios Americanos*, t 61, 1, 2004, pp. 161-199.

GUASTI, Niccolò. Los jesuitas españoles expulsos ante la disputa del Nuevo Mundo. In: FRANCESCO, Antonio de; MIGLIORINI, Luigi; NOCERA, Rafael (org.). *Entre Mediterráneo y Atlántico: circulaciones, conexiones y miradas, 1756-1867*. Santiago: FCE Chile, 2014.

IMÍZCOZ, José María. La clase política del reformismo borbónico: las redes sociales del cambio. *Magallánica*. 4/7, 2017, pp. 10-62.

ISRAEL, Jonathan. *Democratic Enlightenment*. Philosophy, revolution and human rights 1750-1790. Oxford: Oxford University Press, 2011

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madri: Trotta, 2004.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LLOMBART, Vicente. Traducciones españolas de economía política (1700-1812): catálogo bibliográfico y una nueva perspectiva. *Cromohs*, vol. 9, 2004.

MANTELLI, Roberto. Nationalism, xenophobia and catalanism in the writings of an enlightened catholic historian: Juan Francisco Masdeu, S.J. (1744-1817). *Analecta sacra tarraconensia*, n° 55, 1982.

MARAVALL, José. *La cultura del barroco: análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Ariel, 1975.

MASDEU, Juan Francisco de. *Historia crítica de España, y de la cultura española en todo género*. Madri: Don Antonio de Sancha, Vol. I [1783]; Vol. III [1785]; Vol. VIII [1790]

MESTRE, Antonio. Crítica y apología en la historiografía de los novatores. *Studia historica*, n° 14, 1996, pp. 45-62.

MOHEDANO, Raphael; MOHEDANO, Pedro. **Historia literaria de España desde su primera población hasta nuestros días**. Madri: Imprenta de Soto, tomo I [1766]; tomo II [1768]; tomo IV [1772].

MUÑOZ, Juan Bautista. **Historia del Nuevo Mundo**, tomo I. Madri: Viuda de Ibarra, 1793.

NUIX, Juan de. **Reflexiones imparciales sobre la humanidad de los españoles en las Indias**. Cervera: Imprenta de la Pontificia y Real Universidad, 1783.

PAGDEN, Anthony. **Lords of all the World**. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c. 1500-c.1800. New Haven: Yale University Press, 1995.

PAQUETTE, Gabriel. Enlightened narratives and imperial rivalry in Bourbon Spain: the case of Almodóvar's 'historia política de los establecimientos ultramarinos de las naciones europeas' (1784-1790). **The eighteenth century**, vol. 48, 2007.

POCOCK, John. **Barbarism and religion**, vol. 1: The enlightenments of Edward Gibbon, 1737-1764. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. **Barbarism and religion**, vol. 2: Narratives of civil government. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Barbarism and religion**, vol. 4: Barbarians, savages and empires. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PORTILLO, José María. **Crisis Atlántica - Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía**. Madri: Marcial Pons, 2006.

_____. Ilustración, nación e imperio en la monarquía española. **Araucaria**, n° 40, 2018, pp. 59-73.

O'BRIEN, Karen. **Narratives of enlightenment: cosmopolitan history from Voltaire to Gibbon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAE. **Diccionario de la lengua castellana** compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso. Madri: Joaquin Ibarra, 1780.

RAYNAL, Guillaume-Thomas. **Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes**, 10 tomos. Genebra: 1781.

ROBERTSON, William. **The History of America**, vol. II. Londres: Strahan, 1777.

SÁNCHEZ-BLANCO, Francisco. **La mentalidad ilustrada**. Madri: Taurus, 1999.

SILVA, Francisco [pseudónimo do Duque de Almodóvar]. **Decada epistolar sobre el estado de las letras en Francia, segunda edición**. Madri: Sancha, 1792.

SHER, Richard. **Church and University in the Scottish Enlightenment: The Moderate Literati of Edinburgh**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.

TRICOIRE, Damien (org.). **Enlightened colonialism: civilization narratives and imperial politics in the age of reason**. Londres: Macmillan, 2017.

_____. Raynal's and Diderot's patriotic history of the Two Indies, or the problem of anti-colonialism in the eighteenth century. **The Eighteenth century**, vol. 59, n° 4, 2018, pp. 429-448.

VALERO, José. Una disciplina frustrada: la historia literaria dieciochesca. **Hispanic Review**, nº 64, 1996.

WASSERMAN, Fabio. El concepto de nación y las transformaciones del orden político en Iberoamérica, 1750-1850. **Anuario de Historia de América Latina**, nº 45, 2008.

WILLIAMS, Rachel. A Espanha imaginada: o discurso histórico seiscentista e o projeto de uma identidade coletiva espanhola. **Revista de Teoria da História**, nº 7, jun/2012.

SOBRE O AUTOR

Lucas Soares Chnaiderman é doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Recebido em 11/08/2020

Aceito em 05/11/2020